

Intervenção da Ministra da Cultura na audição conjunta da Comissão de Cultura e Comunicação e da Comissão de Orçamento e Finanças

9 de novembro de 2020

Senhoras e Senhores Deputados,

A cultura é um exercício permanente de memória e, por isso, hoje quero começar esta intervenção evocando a memória do Mestre Cruzeiro Seixas, que ontem nos deixou, mas cujo legado, feito de uma imensa criatividade, permanecerá sempre como parte inapagável do nosso património artístico e literário. Como ele escreveu, “o fim não existe, tudo é recomeço”. É isso que ao Mestre Cruzeiro Seixas devemos: não as palavras de um fim, mas a promessa de um recomeço.

Assim, convido-vos hoje a que comecemos pelo fim. O mesmo talvez seja dizer pelo princípio, pela razão primordial que nos traz a todos a esta sala. Tentemos, juntos, responder à seguinte questão: que importância damos ao papel da cultura? Este ano de 2020, de tão grandes dificuldades para tantos artistas e profissionais do setor, talvez tenha evidenciado a pertinência desta questão.

A cultura serve para nosso simples prazer e deleite; e também para elevar o nosso espírito de mulheres e homens livres. Mas ao dia de hoje, a cultura

representa algo maior, mais urgente e gritante: a cultura é o bastião capaz de garantir a sobrevivência da nossa democracia. Não tenhamos, por isso, receio de usar as palavras: cada euro acrescentado à cultura serve para garantir a forma livre como hoje vivemos, como agimos, como pensamos.

A pandemia veio mostrar o que há muito sabíamos, mas talvez, antes dela, nos custasse olhar de frente: demasiados foram os anos de desinvestimento nesta área. Terá havido virtude no caminho percorrido até aqui, não o ignoro – mas latente está também o vício de continuar a pensar da mesma forma, perpetuando assim um sistema com muitas falhas, onde faltou uma visão de fundo, composta de medidas estruturais, integradas, estratégicas, que enfrentem os problemas sérios como a precariedade social, a assimetria regional, a sustentabilidade dos apoios, a capacidade de construir um setor suficientemente atrativo.

Poderei ser acusada de excesso de dureza nestas minhas palavras. Pois bem: talvez mais dura tenha sido a realidade destes dias, a realidade vivida por milhares de profissionais do setor da cultura que viram teatros, cinemas, museus, livrarias, salas de espetáculo, galerias e demais equipamentos culturais fechados e sem público. A cultura foi o primeiro setor do país a parar. Os meses do confinamento significaram para muitas destas pessoas a ausência total de rendimento, de um dia para o outro. Isto é a realidade do que aconteceu, em todo o esplendor da sua crueza.

Logo ao final de duas semanas de confinamento, o Governo anunciou uma linha de emergência no valor de 1 milhão, depois reforçada em 700 mil euros. Foram também aprovadas pelo Governo medidas de apoio para a área da Cultura: manutenção dos compromissos e pagamentos a entidades artísticas; alterações às regras da contratação pública, permitindo pagamentos antecipados por parte de entidades públicas; linhas de emergência para diferentes áreas, nomeadamente as artes performativas e a área do livro.

Mas tornou-se imperioso que nos concentrássemos na ajuda a situações de carácter social, apesar de estas se encontrarem fora da ação política da área governativa da Cultura. Criámos linhas de apoio excepcionais, que surgiram como instrumentos complementares às atribuições próprias da Segurança Social, com vista a atenuar os efeitos dramáticos da pandemia numa comunidade artística confrontada com um golpe profundo.

Assim, o Governo decidiu agir em conformidade, tendo sido a cultura, aliás, o único setor que recebeu um apoio social complementar para trabalhadores independentes. Adicionalmente, ainda no âmbito do Plano de Estabilização Económica e Social, foram abertas a linha de apoio às entidades artísticas profissionais, no valor de 3 milhões de euros; e a linha de apoio à adaptação dos espaços às medidas decorrentes da COVID 19, no valor de 750 mil euros. Por trás destes números, existem pessoas. Foram

várias centenas de entidades, milhares de artistas e profissionais da cultura, que puderam usufruir destes apoios.

Seria, no entanto, de grande injustiça pensar-se que as respostas aos problemas do setor se esgotam na área governativa da Cultura. Não é verdade. O Governo criou – e continua a criar – medidas de resposta imediata à crise. Apoios sociais, incentivos económicos e financeiros, que chegaram já a muitos milhares de pessoas e empresas, bem como artistas e outros profissionais do setor. O compromisso com a cultura tem de ser – e por isso assim é – de todo o Governo.

Atuámos no tempo da urgência, mas percebemos que nada, jamais, poderia voltar a ficar igual. A pandemia não nos trouxe nada de bom ou positivo, mas desaproveitar a oportunidade de aprender com ela seria de uma irresponsabilidade sem nome. Aprender tornou-se imperioso, tal como evidente passou a ser a necessidade de criar mecanismos – estruturais no presente e estruturantes para o futuro –, capazes de proteger todos os profissionais da cultura.

O novo estatuto dos profissionais da cultura é, neste contexto, uma peça decisiva para o futuro do setor cultural e criativo em Portugal. É fruto de um trabalho de grande empenho e compromisso, a um nível a que, até aqui, nunca tinha sido feito. O Palácio Nacional da Ajuda foi palco de 16 reuniões e várias estão agendadas até ao final do ano. Têm sido encontros altamente

profícuos, que demonstram bem o caminho a seguir: proceder ao registo dos profissionais da cultura, aos quais será atribuído um documento próprio e revestido de utilidade; fortalecer os direitos laborais, assegurando também que a legislação em vigor é cumprida; e assegurar a proteção social, com a possibilidade de retenção na fonte dos descontos para a Segurança Social, algo que nunca foi feito em Portugal e que pode vir a significar uma mudança fulcral na vida de muitas pessoas, atualmente sem carreiras contributivas e, portanto, com diminuta proteção social.

Pela sua própria natureza, o trabalho artístico apenas é possível de ser realizado num quadro de liberdade de movimentos e de escolhas. Mas deixem-me ser muito objetiva: em caso algum, flexibilização artística deve – pode – representar precariedade laboral. O estatuto que se prepara servirá como arma contra a precariedade. E a proposta do Governo será concluída e apresentada até ao final do ano, um compromisso que assumi há meses e que aqui renovo.

O Governo de que faço parte não subsidia; o Governo de que faço parte apoia a cultura. E esta não é uma apenas uma alteração semântica. É uma linha orientadora das políticas públicas que criamos. O setor cultural português emprega milhares de profissionais, paga impostos, contribui para a renovação e coesão territorial, atrai e voltará a atrair turistas, nacionais e estrangeiros. A cultura é geradora de riqueza.

É também por isso que o orçamento para a cultura foi – uma vez mais – reforçado. O Governo prosseguirá em 2021 o trabalho de concretização dos compromissos do seu mandato, em particular o compromisso de reforço do investimento orientado para atingir os 2% da despesa discricionária prevista no Orçamento do Estado, até ao final da legislatura.

O aumento do orçamento de 2021 em cerca de 35 milhões de euros, face ao orçamento de 2020, demonstra a prioridade atribuída por este Governo à área da Cultura. Adicionalmente a este reforço, é relevante salientar as alterações ao regime de mecenato cultural e a criação de uma Lotaria do Património Cultural, tendo como objetivo promover um maior envolvimento de todos – empresas e cidadãos – numa missão que é, também, de todos.

Desta forma, prevê-se, para 2021, a emissão de uma lotaria instantânea, cujos resultados líquidos das vendas — que se esperam na ordem dos 5 M € — serão afetos ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, destinando-se a despesas com intervenções de salvaguarda e valorização do património cultural.

Não obstante, o maior reforço do orçamento destina-se ao apoio às artes, entidades artísticas e artistas. No global o orçamento da Cultura direcionado para o apoio às artes, à programação e à criação artística atinge os 98,4 milhões de euros em 2021 – mais 10,5% do que em 2020. O mesmo

é dizer que haverá mais dinheiro e um conjunto muito relevante de novas medidas transformadoras e com enorme impacto futuro.

Será lançado um importante pacote integrado de apoio às artes, com o lançamento dos concursos sustentados, ao abrigo da revisão do Modelo de Apoio às Artes, em conjunto com a implementação do Programa da Rede Nacional de Teatros e Cineteatros, em estreita articulação com os novos contratos-programa dos teatros nacionais, como com os concursos para as orquestras regionais e com o novo estatuto dos profissionais da cultura.

Estas medidas objetivam estabilizar o financiamento público no apoio às artes, com base numa estratégia de programação em rede, com mais projetos sustentáveis de descentralização, de atividades e serviços educativos inovadores e direcionados à formação e diversificação de públicos. A cultura deve estar – tem de estar – em todo o país.

Será também dada continuidade à política de aquisições de arte contemporânea iniciada em 2019, que se traduziu num investimento de 800 mil euros entre 2019 e 2020. A nova Comissão para Aquisição de Arte Contemporânea irá iniciar o seu mandato em 2021, com um reforço de 150 mil euros face ao ano anterior, totalizando um investimento público de 650 mil euros. Até ao final da legislatura perspectiva-se que o valor anual para aquisição de obras chegue a 1 milhão de euros. E 2021 será, também, o primeiro ano de exposições de arte com as obras adquiridas desde 2019.

Estas medidas serão, ainda, complementadas com a criação da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, uma rede estendida a todo o território nacional, descentralizando o acesso à cultura. Volto a dizer: a cultura deve estar – tem de estar – em todo o país.

Um país com um património extraordinariamente rico, infelizmente descurado durante décadas, pautadas pela inexistência de um plano coerente e estruturado de reabilitação do património cultural e histórico a nível nacional.

O programa de Governo tem como prioridade para este mandato lançar um plano de investimentos para o património cultural. Destaco para 2021 alguns desses investimentos já em curso: instalação do Museu Nacional da Música, no Palácio Nacional de Mafra; recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche; instalação do Museu do Tesouro Real; recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa.

O caminho para a recuperação sustentada do património português está traçado: o reforço e a diversificação das suas fontes de financiamento. Este orçamento prevê isso mesmo. O Estado mantém os seus compromissos de investimento, mas o Governo está a criar alternativas. O programa plurianual de investimentos para os anos 2021-2031 estará assente em diferentes fontes de financiamento, como o próximo quadro comunitário de apoio, doações e contribuições mecénicas, Lotaria do Património Cultural e – naturalmente – receitas gerais do Estado.

A este propósito, destaco a criação de um regime temporário de mecenato, durante o ano de 2021, dirigido a ações ou projetos na área da conservação do património ou programação museológica, através de um reforço da majoração em IRC de 10 pontos percentuais ou 20 pontos percentuais (neste último caso, quando as ações ou projetos sejam em territórios do interior) e desde que o donativo por entidade seja superior a 50 mil euros.

Na área dos museus, será lançado o “Programa Ciência no Património Cultural”, em conjunto com a área da Ciência. Vamos atribuir 100 bolsas de doutoramento e contratar 30 investigadores doutorados, que vão trabalhar nas mais diversas áreas, criando assim emprego científico nos museus e património.

Na área do livro e da leitura, haverá um reforço de cerca de meio milhão de euros para ações no âmbito das bolsas de criação literária e do apoio às livrarias e editoras independentes.

O “Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas” continuará em execução, prevendo-se o alargamento do número de bibliotecas abrangidas. Prosseguimos também com os esforços de internacionalização. E serão iniciados os trabalhos preparativos para a comemoração do centenário do nascimento de José Saramago.

Outro dos principais objetivos deste Governo é o reforço do posicionamento dos setores do cinema e do audiovisual em língua portuguesa como áreas centrais da cultura e da economia. Para tanto, serão dedicadas verbas adequadas para a produção regular de conteúdos de cinema e audiovisuais, apostando na internacionalização, difusão e exportação do cinema e do audiovisual português.

No quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia, temos como prioridade a resiliência dos setores da cultura e da criatividade, bem como a visibilidade do papel da mulher na arte e cultura europeias e a diversificação de fontes de financiamento para a conservação do património nacional.

2021 será ainda o ano da participação portuguesa na 17.^a Bienal de Arquitetura de Veneza e Portugal será o “País Convidado de Honra” na Feira Internacional do Livro de Leipzig. A cultura portuguesa deve estar – tem de estar – no país e no mundo.

Por último, destaco a criação do Plano Nacional para a Literacia Mediática. Queremos implementar medidas para combater a desinformação e a divulgação de conteúdos falsos, preferencialmente, e desde logo, junto da população em idade escolar. Devemos ser – temos de ser – intransigentes no combate à mentira e na luta pela verdade, na qual a cultura tem um papel decisivo.

Esta é a nossa cultura, que é a melhor maneira de transformarmos um dia que passa num dia que fica. A cultura que nos firma e identifica. Uma cultura sem muros, feita de pontes, com todos, que não deixa ninguém para trás.

Nos tempos tão difíceis que vivemos – e que tantos desafios nos continuarão a trazer – não devemos – não podemos – desistir. Resistamos, por isso! E que as dificuldades e obstáculos no caminho não nos façam descurar o essencial: apoiar a cultura é investir na democracia e contribuir para que o nosso futuro possa continuar a ser vivido em liberdade.

Muito obrigada.

Graça Fonseca,
Ministra da Cultura